



**Projeto de Lei Nº 23/2025**

**“DISPÕE SOBRE A LEITURA DA BÍBLIA  
COMO RECURSO PARADIDÁTICO NAS  
ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E  
PARTICULAR DE ENSINO NO MUNICÍPIO  
DE ITAPEVI.”**

**Art.1º** A leitura de trechos bíblicos poderá ocorrer nas escolas públicas e particulares como recurso paradidático para a disseminação cultural, histórica, geográfica e arqueológica de seu conteúdo, em respeito à Constituição Federal.

**Parágrafo único:** As histórias bíblicas visam auxiliar os projetos escolares de ensino correlato nas áreas de história, literatura, ensino religioso, artes, filosofia, bem como outras atividades pedagógicas complementares.

**Art.2º** Será sempre garantida a liberdade de opção religiosa e filosófica, sendo vedada a obrigatoriedade de participação em qualquer atividade.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação, ficando autorizado a executar despesas provenientes desta Lei.

**Art. 4º** As despesas decorrentes do disposto nesta Lei, correrão por conta das verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 14 de fevereiro de 2025.



Elias Vasconcelos Araújo

Vereador Elias Vasconcelos Araújo

### **JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhoras Vereadoras,  
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter a esta Casa Legislativa, a criação de uma lei que tem como objetivo introduzir leituras bíblicas como um recurso educacional complementar dentro das redes de ensino público e privado no município de Itapevi.

A Bíblia é uma coleção de textos religiosos, históricos e literários, livros considerados sagrados em várias tradições religiosas, especialmente no Cristianismo e no Judaísmo, escritos por antigos profetas e historiadores.

O uso da Bíblia como um recurso paradidático só contribui positivamente para o aprendizado interdisciplinar dos alunos, uma vez que são documentos culturais, históricos e cientificamente comprovados e podem ser utilizados para entender a evolução das civilizações, as ideias sobre ética e o impacto nas tradições e sociedades ao longo do tempo.



A inclusão dessas leituras visa fornecer um contexto mais amplo e enriquecer a experiência educacional, oferecendo insights valiosos sobre eventos históricos, referências geográficas e práticas culturais.

Importante frisar, que o projeto não torna obrigatória a inserção de seu uso na grade curricular ou conteúdo programático, mas sim, trazer a Bíblia como um recurso paradidático, isto é, ela poderá ser utilizada para complementar e enriquecer o aprendizado dos alunos, assim como filmes, livros e tantos outros recursos utilizados atualmente.

Ainda, a proposta traz em seu art. 3º, conforme preconiza nossa Constituição Federal, a garantia da liberdade de opção religiosa e filosófica, sendo vedada a obrigatoriedade da participação de alunos ou professores em qualquer atividade. Desta maneira, assegura que todos possam participar das atividades educacionais de maneira voluntária, sem que suas crenças pessoais sejam comprometidas, mantendo a neutralidade do ambiente escolar e o respeito à diversidade religiosa e filosófica presente na sociedade.

A proposição está presente em várias cidades pelo país, como é o caso da Lei n. 3225/2023, de Manaus/AM.

Diante o exposto, considerando a constitucionalidade e relevância do projeto, conto com o apoio e aprovação dos Nobres Pares.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 14 de fevereiro de 2025.



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Itapevi. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=3V8V4588G0Y6ZJ8N>, ou vá até o site <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 3V8V-4588-G0Y6-ZJ8N**

